

## **A paisagem da Região da Ilha no Litoral Sul de Santa Catarina: potenciais turísticos em um território em transformação**

SESSÃO TEMÁTICA: ET 3 - DIMENSÃO BIOFÍSICA DO PROJETO, DO PLANEJAMENTO E DA GESTÃO DA PAISAGEM

CATEGORIA: ARTIGO ACADÊMICO CIENTÍFICO

Autor: Olana Tridapalli

Coautor<sup>1</sup>: Matheus Frederico Ferreira Henckmaier

Coautor<sup>2</sup>: Carolina Stolf Silveira

### **RESUMO**

Existe um aumento na busca pelo turismo que valorize a imersão na natureza, oferecendo experiências de aventura e conexão com a paisagem. Laguna é uma cidade que se destaca pela rica biodiversidade e patrimônio histórico-cultural, a porção sul da cidade é denominada Região da Ilha, pouco urbanizada e inserida grande parte na Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca. A região é caracterizada pela presença de comunidades tradicionais pesqueiras. Apesar da relevância destas comunidades, o padrão de economia de subsistência vem se desestruturando devido às mudanças no território e nos estilos de vida. Neste contexto, este artigo se propôs evidenciar as potencialidades culturais, cênicas e esportivas existentes na Região da Ilha, bem como o potencial de conservação do território por meio do turismo de base comunitária. Para isto, foi utilizada a plataforma MapBiomias e o software QGIS 3.32.0 a fim de mapear o uso e cobertura do solo e identificar locais com potencial turístico através de documentos da região. Existe uma heterogeneidade no território, com potenciais pontos turísticos distribuídos e diversificados. O estudo evidencia que atividades relacionadas ao ecoturismo como a prática de escalada, surfe, patrimônio arqueológico, observação das paisagens e biodiversidade podem auxiliar na conservação do território.

**PALAVRAS-CHAVES:** turismo de base comunitária; desenvolvimento sustentável; unidade de conservação.

### **ABSTRACT**

There is a growing interest in tourism that emphasizes immersion in nature, offering adventure experiences and connection with the landscape. Laguna is a city that stands out for its rich biodiversity and historical-cultural heritage. The southern portion of the city, known as Região da Ilha, is largely undeveloped and located within the Baleia Franca Environmental Protection Area. The region is characterized by the presence of traditional fishing communities. Despite the significance of these communities, the subsistence economy pattern is destabilizing due to changes in the territory and lifestyles. In this context, this article aims to highlight the cultural, scenic, and sports potential existing in the Região da Ilha, as well as the conservation potential of the territory through community-based tourism. To achieve this, the MapBiomias platform and QGIS 3.32.0 software were used to map land use and cover and identify locations with tourist potential through regional documents. There is heterogeneity in the territory, with potential tourist spots distributed and diversified. The study shows that ecotourism activities such as rock climbing, surfing, archaeological heritage, landscape observation, and biodiversity can contribute to the conservation of the territory.

**KEYWORDS:** community-based tourism; sustainable development; conservation unit.

## **1 INTRODUÇÃO**

A captura e coleta de recursos pesqueiros associados às áreas costeiras foi de suma importância para a subsistência dos povos pré-históricos brasileiros (Gaspar, 2004). Posteriormente, Povos



e Comunidades Tradicionais<sup>1</sup> (PCT) pesqueiras historicamente ocuparam e utilizaram os recursos provenientes da região marinha e lacustre do Brasil. A extensão do território brasileiro e a diversidade de recursos e ambientes foi capaz de fomentar diferentes expressões culturais e formas de subsistência para estas comunidades. As cidades costeiras refletem a rica história de ocupação, sendo os recursos naturais do território norteadores para a vida e biodiversidade. No entanto, a riqueza e abundância de tais recursos estão cada vez mais ameaçados devido à poluição destes ambientes (Pörtner, *et. al.*, 2021), às mudanças climáticas (IPCC, 2021) e à exploração inadequada (FAO, 2020).

A necessidade de ambientes naturais conservados atinge diretamente PCT que possuem uma relação ancestral com o seu território e a biodiversidade presente nele. A dependência está relacionada às diversas contribuições que a natureza oferece aos PCT, que passam desde valores econômicos até culturais (Díaz *et. al.*, 2018). Além disso, a conservação do território de PCT faz parte do escopo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU, 2023). Comunidades pesqueiras artesanais dependem diretamente dos recursos pesqueiros e do seu território. No entanto, esses recursos são frequentemente explorados em áreas de grande biodiversidade. Quando esses recursos naturais são extraídos intensivamente, sem ou com iniciativas de conservação pouco efetivas, o ecossistema que sustenta esses recursos pode deixar de atender às necessidades. Isso pode levar a um colapso na cadeia produtiva, ameaçando a qualidade de vida e a economia das comunidades pesqueiras de pequena escala.

Nos últimos anos houve uma crescente busca pelo turismo de aventura em ambientes naturais (Sumesh K, Roshan D, 2021). As iniciativas empregadas para a operação de atividades de turismo ecológico são capazes de diversificar a economia local e regional, promovendo um desenvolvimento econômico e a conservação de ambientes socioecológicos com PCT presentes. Dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) relatam que os visitantes já gastaram cerca de R\$ 2 bilhões nos municípios que possuem Unidades de Conservação (UC) em seu território, gerando cerca de 80 mil empregos diretos. Dentro desta temática o ICMBio publicou no ano de 2018 o documento “Turismo de Base Comunitária (TBC) em Unidades de Conservação – Princípios e Diretrizes”. O documento traz como principal objetivo estabelecer um marco referencial para a execução do TBC em UC, buscando orientar sua implantação, de acordo com princípios e diretrizes compatíveis com a conservação da biodiversidade, com a preservação da história e cultura das comunidades locais presentes no território (ICMBio, 2018).

No sul do Brasil, a cidade de Laguna possui registros dos povos pré-históricos que viveram, e deixaram marcas e símbolos que duram até hoje. Neste município, os pescadores artesanais representam os PCT que vivem e continuam exercendo sua cultura, moldando e sendo moldados pelas paisagens naturais. Apesar da relevância dos pescadores e de seu território para a história cultural e econômica da região, o padrão de economia de subsistência dos pescadores artesanais, baseada na agricultura e pesca artesanal, vem sendo desestruturado com o passar dos anos. Visto as mudanças que o território de Laguna vem sofrendo e conseqüentemente as mudanças nos modos de vida dos pescadores artesanais presentes na região, este artigo tem

---

<sup>1</sup> São grupos que possuem formas próprias de organização social, ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica. Utilizam conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (IBGE, 2022).

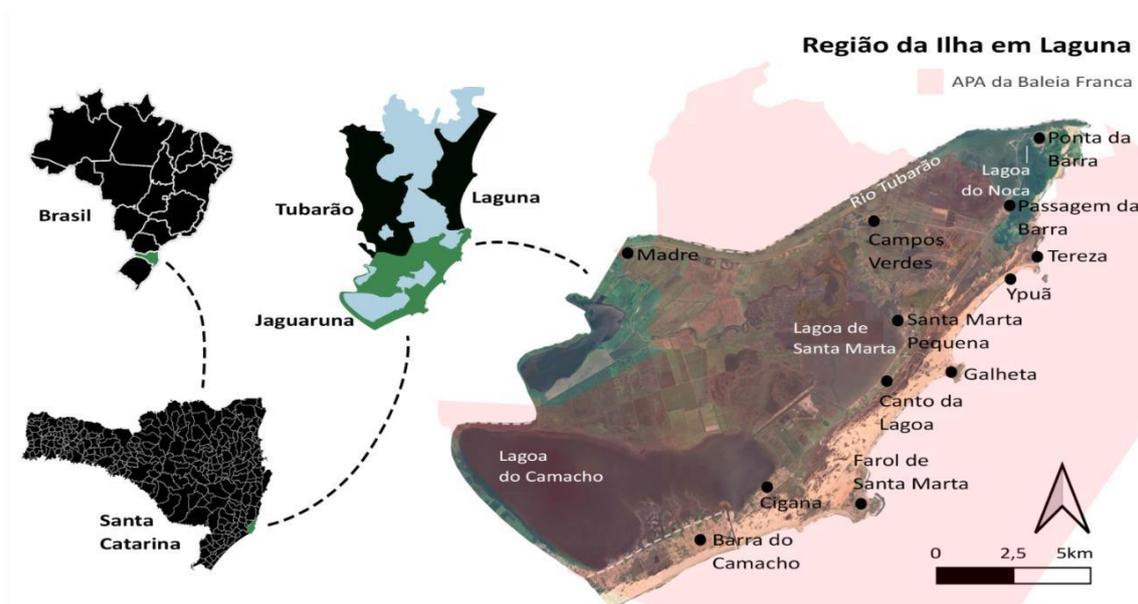
como objetivo evidenciar as potencialidades da paisagem natural e cultural existentes no território, bem como ressaltar o potencial de conservação da região por meio de iniciativas voltadas para o turismo ecológico de base comunitária. Especificamente é apresentado a Região da Ilha, que possui dentro de seu limite parte da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca (APABF), como uma área em potencial para a aplicação de ações que envolvam TBC.

## 2 ÁREA DE ESTUDO

Laguna é uma cidade com aproximadamente 43 mil habitantes localizada no litoral sul de Santa Catarina, a 110km da capital, Florianópolis (IBGE, 2023). A cidade se destaca pela sua biodiversidade, abrangendo áreas de dunas acompanhadas de matas de restinga, banhados, costões rochosos, lagoas e praias. Além disso, possui um elevado valor de patrimônio histórico-cultural com suas edificações históricas, comunidades tradicionais pesqueiras e presença de grandes sítios arqueológicos de sambaquis.

A região sul da cidade é conhecida popularmente como “Região da Ilha”, seu acesso norte é feito através de transportes lacustres pela balsa ou pelo bote através da Lagoa de Santo Antônio. Seus outros dois acessos se dão pela cidade de Jaguaruna, através da SC-100, e por Tubarão, às margens do Rio Tubarão. As comunidades que englobam esta região são: Ponta da Barra, Passagem da Barra, Tereza, Madre, Ypuã, Galheta, Santa Marta Pequena, Campos Verdes, Santa Marta, Canto da Lagoa, Cigana, Farol de Santa Marta e Barra do Camacho, divisa com a cidade de Jaguaruna (Figura 1).

Figura 1: Localização da área de estudo, destacando as comunidades da Região da Ilha, nos municípios de Laguna e Jaguaruna em Santa Catarina.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Historicamente a cidade se destaca como um polo turístico da região, intensificando-se nos últimos anos devido a melhorias no acesso da cidade, investimentos na promoção do turismo e urbanização. Cittadin (2010) avaliou o patrimônio cultural e natural de Laguna dividindo a cidade



em unidades de paisagem. No trabalho ela evidencia a Região da Ilha como um território ímpar do município com valores naturais, imateriais e materiais.

Como característica marcante da paisagem natural a Região da Ilha é formada por 11 praias, diversas lagoas, regiões úmidas e costões rochosos. Apesar da crescente urbanização da região, os ambientes naturais permanecem relativamente conservados (De Freitas *et. al.*, 2022a) e com uma rica paisagem cultural pesqueira, contando com cerca de 330 pescadores e pescadoras atuantes nas comunidades (De Freitas *et al.*, 2022b). Segundo Alípio (2014), existem atualmente 75 territórios tradicionais pesqueiros que se concentram no entorno do Complexo Lagunar. Destes, a Região da Ilha conta com 7 territórios tradicionais associados às margens das lagoas de Santo Antônio, Santa Marta e Camacho. Destaca-se ainda a pesca artesanal com auxílio dos botos e a pesca artesanal da tainha, patrimônios imateriais que representam manifestações culturais da região (Lei nº 17.565/2018).

Devido à relevância ecológica, a Região da Ilha possui toda a sua costa e grande parte de sua porção terrestre protegida pela APABF (Figura 1). O objetivo da APABF é proteger a baleia-franca-austral (*Eubalaena australis*) e todo o ecossistema associado ao território presente no seu perímetro.

### 3 METODOLOGIA

O presente estudo baseou-se na utilização da plataforma colaborativa MapBiomas, que realiza mapeamentos por meio do Projeto de Mapeamento Anual do Uso e Cobertura da Terra no Brasil, com registros de dados a partir de 1985. Neste contexto, foram obtidos os dados referentes ao uso e cobertura do solo correspondentes ao ano de 2021 para a Região da Ilha em Laguna. A análise e tratamento dos dados foram executadas por meio do software QGIS 3.32.0, um sistema de informações geográficas de código aberto que permite a análise de dados geoespaciais.

As categorias disponibilizadas para a classificação de uso do solo e cobertura foram: "Floresta", "Formação Natural não Florestal", "Agropecuária" com subdivisões em "Pastagem" e "Agricultura", "Área não vegetada" com subdivisões em "Praia e Duna", "Infraestrutura Urbana" e "Corpos D'água".

A identificação dos sambaquis, locais para a prática de surfe, kitesurfe e setores de escalada foram realizadas por meio da análise do Mapa de Zoneamento da cidade de Laguna, buscas em sites especializados, publicações regionais e observações *in loco* na região (Gianinni, 2010; Henrique, 2009; Escaladas, 2019).

### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

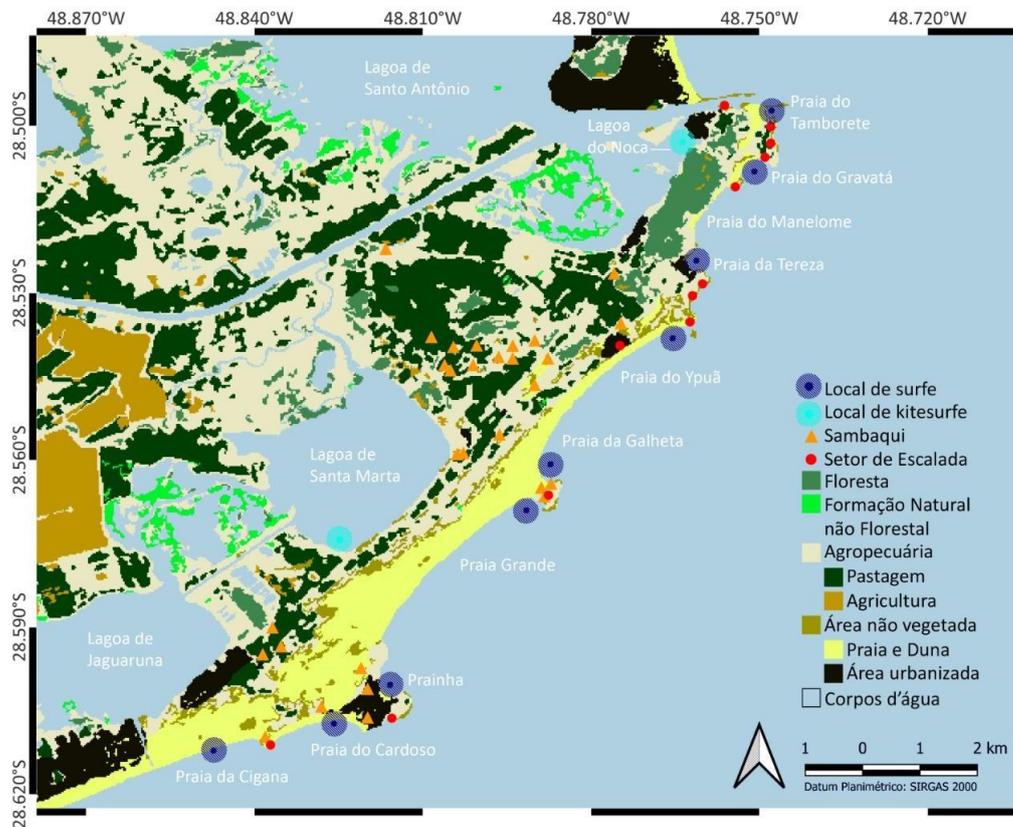
A Região da Ilha revela uma heterogeneidade em seu território, evidenciando distintas características no uso e cobertura do solo em suas porções norte, central e sul (Figura 2). Na porção norte, destacam-se as comunidades da Ponta da Barra e Passagem da Barra, as quais, dada sua proximidade ao núcleo urbano de Laguna, apresentam um perfil mais urbanizado em comparação com outras localidades. Essas áreas se destacam pelo estabelecimento de um polo gastronômico consolidado, especialmente em torno da travessia do Canal da Barra e nas margens das lagoas. Entre as duas comunidades está localizada a maior porção florestal de Mata Atlântica da Região da Ilha, caracterizada por um conjunto de morros com diversas trilhas que

envolvem uma paisagem natural com elevada biodiversidade, com novas espécies recentemente descritas nesses ambientes (Garcia, 2023).

Nas porções central e sul da Região da Ilha, estão presentes comunidades onde se percebe relações mais associadas à atividade pesqueira, à pastagem e à agricultura de pequena escala a exemplo de Campos Verdes, Santa Marta Pequena, Canto da Lagoa, Cigana e Farol de Santa Marta. (Alípio, 2014; Dantas, 2018). Nessas porções estão presentes aproximadamente 25 sambaquis, com os exemplares mais visitados na Praia do Ypuã, da Galheta e do Farol de Santa Marta, possivelmente pela proximidade deles com a praia. Vale ressaltar a relevância turística e focal do Farol de Santa Marta para a região, atraindo visitantes desde a década de 70 em virtude de suas belezas naturais e da rica cultura local. Além disso, a comunidade do Farol de Santa Marta tem como característica realizar a atividade pesqueira principalmente relacionada ao território marinho, enquanto nas outras comunidades as atividades pesqueiras ocorrem principalmente nas lagoas, mas também sendo executada de forma sazonal na porção marinha (Moraes, 2020; Sunye, 2018; Piazza, 2021).

Por outro lado, as comunidades da Tereza, do Ypuã e da Galheta emergem como destinos procurados por turistas, especialmente para a prática de atividades ao ar livre como trilhas, surf e de contemplação da natureza. Contudo, nestas localidades não se verifica uma presença expressiva de moradores fixos, com sua ocupação caracterizada por uma significativa especulação imobiliária voltada para casas de veraneio. Essa dinâmica revela uma dualidade na ocupação dessas áreas, onde a busca por experiências turísticas se entrelaça com desafios relacionados à regularização fundiária e à preservação ambiental (De Freitas, 2022a).

Figura 2: Mapeamento do uso e cobertura do solo e pontos de interesse turísticos na Região da Ilha no litoral sul de Santa Catarina

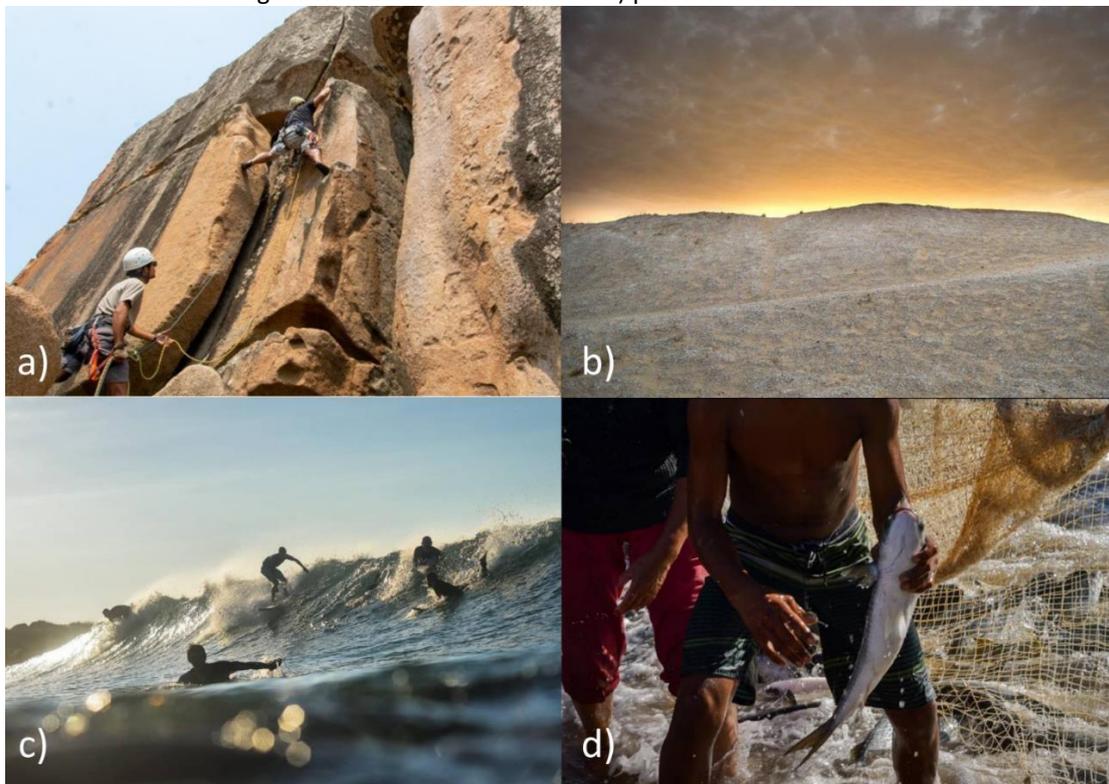


Fonte: Elaborado pelos autores



A paisagem natural da Região da Ilha é caracterizada pela presença predominante da vegetação de Mata Atlântica, nas formações de restinga que se estendem por dunas, costões rochosos, morros e áreas úmidas. A região do ponto de vista geomorfológico, destaca-se por sua configuração costeira singular, caracterizada por costões rochosos e grandes lagoas que conferem um cenário propício para atividades ao ar livre. As formações rochosas oferecem desafios para escaladores da região, com vias<sup>2</sup> que abrangem distintos níveis de dificuldade. Paralelamente, a topografia da região contribui para a ocorrência de ondas durante o ano todo, consolidando o Farol de Santa Marta como um local de referência para a prática do surfe na região (Figura 3 – c). A intersecção entre a morfologia acidentada e as condições oceânicas cria uma paisagem singular para o turismo de esportes aquáticos, que podem servir como aliadas para a conservação do território em transformação da Região da Ilha.

Figura 3: a) Setor da Taba na Praia da Tereza; b) sambaqui no Morro do Céu no Farol de Santa Marta; c) surfe na Praia da Cigana no Farol de Santa Marta e d) pesca de arrasto no Farol de Santa Marta.



Fonte: Fotos e elaboração pelos autores.

Os setores de escalada de Laguna estão localizados em grande parte na Região da Ilha, contando com doze setores dos quinze que são relatados na cidade (Figura 2). Estes setores são compostos por vias e *boulders*<sup>3</sup> de diversas categorias de dificuldade, atraindo praticantes de todos os níveis. Destaca-se a Praia do Gravatá, a Praia do Ypuã e o Farol de Santa Marta como locais com

<sup>2</sup> Caminho traçado na rocha, podendo chegar ao cume da montanha ou não, com diversas configurações, seguindo reto, em diagonal ou irregular.

<sup>3</sup> Modalidade praticada sem o uso de cordas e geralmente limitada à escalada em blocos rochosos de altura baixa, sobre um colchão chamado *crash pad*.



grande quantidade de *boulders* localizados na beira da praia e nos costões. A Praia da Tereza é um local com um histórico de escalada principalmente associado ao Setor da Taba (Figura 3 - a). Esse setor é um conjunto de rochas que se destaca na paisagem costeira do local, possui diversas vias de escalada com acesso relativamente fácil.

Apesar do potencial da paisagem e dos diversos setores de escalada em Laguna, a região ainda carece de uma cadeia de serviços turísticos que poderiam potencializar a experiência dos praticantes e atrair um público mais amplo. A ausência de guias, monitoramento, sinalização adequada e informações detalhadas sobre as vias de escalada destaca-se como oportunidades perdidas para explorar plenamente os potenciais turístico da região.

Assim como a Região da Ilha em Laguna, o Parque Nacional de Saint-Hilaire-Lange no Paraná também está inserido em uma região litorânea e em uma UC. Ambos os locais enfrentam desafios semelhantes, como a ausência de uma estrutura adequada para atender às necessidades dos visitantes. No caso específico do Parque Saint-Hilaire/Lange, as deficiências nos serviços são atribuídas à falta de um plano de manejo abrangente e ao número insuficiente de servidores para atender à crescente demanda de uso público e fiscalização. Além disso, a extensão do Parque e o difícil acesso em alguns pontos, também contribui para as dificuldades na implementação de serviços (Silva e Sezerino, 2021). Em relação ao plano de manejo em áreas com a escalada, Ribeiro *et. al.* (2016) enfatizam a importância das parcerias entre gestores e escaladores, destacando que iniciativas em conjunto facilitam a gestão das UC e aprimoram serviços adequados às necessidades dos visitantes.

Embora as praias do Cardoso e da Cigana no Farol de Santa Marta se destaquem como atrativos turísticos de longa data, todas as praias da região oferecem condições para a prática desse esporte. Além disso, observa-se um crescimento significativo da atividade de kitesurfe nas Lagoas do Noca e da Cigana nos últimos anos. Essas atividades que estão presentes ao longo de todo o ano, não apenas podem contribuir para a geração de renda na comunidade local, mas também fortalecem o calendário turístico durante o inverno, época de baixa temporada turística na região. Contudo, é crucial adotar um plano de gestão para garantir que a integridade da comunidade não seja negativamente impactada, especialmente no que diz respeito à minimização de conflitos entre os esportes aquáticos e as práticas pesqueiras locais (De Freitas *et. al.*, 2022a).

Devido à sua natureza costeira e à riqueza de recursos naturais, a região desempenhou um papel significativo como habitat para os povos sambaquieiros que habitavam a região cerca de 5 mil anos até o presente (AP). Como representação cultural destes povos, surgiram os sambaquis (Figura 3 – b), estruturas que, à distância, se assemelham as dunas, mas de perto revelam-se como imponentes montes formados por areia, conchas, ostras e mariscos (Gaspar, 2000). Com aproximadamente 25 sambaquis mapeados, essa paisagem se revela como um testemunho vital para a compreensão da história dos povos sambaquieiros. Neste contexto, a proposta de Guimarães *et. al.* (2021) destaca a importância de difundir o turismo arqueológico na região, incorporando práticas educacionais de preservação do patrimônio. O autor sugere que o planejamento deve ser orientado para a sustentabilidade, considerando o turismo arqueológico não como um agente explorador, mas como uma ferramenta de sensibilização para promover a preservação desses sítios.

Outra característica marcante do território é a presença dos butiazais, grandes maciços compostos pela palmeira conhecida como butiá (*Butia catarinensis*) endêmica e atualmente ameaçada de extinção, classificada em perigo (CONSEMA, 2014). Sua distribuição é ao longo da costa da Região da Ilha principalmente na Praia do Gravatá e na Praia do Manelone, próximo das comunidades da Ponta da Barra e Passagem da Barra. A extração da fruta do butiá é



realizada por extrativistas que comercializam o fruto, por moradores para consumo próprio e por turistas nas trilhas que acessam as praias. Vale destacar que a extensão dos butiazais se estende para além da área de estudo, com destaque para as margens da BR-101 entre o sul de Santa Catarina e norte do Rio Grande do Sul, sendo o principal causador a ocupação desordenada e supressão dos butiazais devido a especulação imobiliária nestes ambientes. Na cidade de Imbituba, que faz limite com Laguna, estão presentes grandes butiazais no perímetro urbano que sofrem regularmente com queimadas criminosas a fim de descaracterização destes ambientes, como consequência diversos projetos de conscientização ambiental e de conservação através do uso do fruto e da palha do butiá vêm sendo executados (Werner-Martins e De Freitas, 2023; Kumagai e Hanazaki, 2013). Em Laguna, especificamente na Região da Ilha, a supressão dos butiazais não é uma atividade observada, no entanto, ações que incentivem o consumo e o conhecimento sobre essa espécie é de suma importância para a sua conservação e perpetuação dessa espécie na região.

O potencial turístico da Região da Ilha não se restringe aos esportes ao ar livre como a escalada e os esportes aquáticos, mas abrange diversas atividades relacionadas ao turismo de observação da biodiversidade. A região oferece oportunidades significativas para a prática da observação de aves, com diversas espécies migratórias e outras com o ciclo de vida fixo na região (Just, 2018). Além disso, as trilhas que cortam a região proporcionam uma experiência cênica entusiastas do ecoturismo, permitindo a exploração da paisagem das lagoas e das praias e incentivando práticas sustentáveis para o território, como a ecogastronomia focada nos recursos pesqueiros destes ambientes. A Região da Ilha também se destaca como parte integrante da Rota da Baleia Franca (Rota da Baleia Franca, 2023) e para a prática do turismo de observação de baleias, enriquecendo a oferta turística com experiências focadas na observação da vida marinha.

#### **4.1 Turismo de base comunitária e a conservação do território**

As experiências da gestão dos recursos e dos territórios no Brasil são diversas, assim como a diversidade e peculiaridades das comunidades pesqueiras. A Lei nº 9985, de 2000, que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), é um mecanismo de política pública que reconhece a necessidade da participação das comunidades tradicionais nas tomadas de decisões e manejo dos recursos. Através de mecanismos propostos pelo SNUC, é possível um reordenamento e criação de políticas públicas que favoreçam e preservem a biodiversidade e o território onde as comunidades tradicionais pesqueiras estão inseridas.

No estado de Santa Catarina existem 147 UC's enquadradas pelo SNUC (ICMBIO, 2018). Apesar da extensa ocupação do litoral catarinense por comunidades de pescadores, apenas a APABF e a Resex Marinha do Pirajubaé são exemplos de UCs federais de uso sustentável que englobam comunidades tradicionais pesqueiras. A Resex Marinha do Pirajubaé está localizada na cidade de Florianópolis, foi criada no ano de 1992 sendo a primeira reserva extrativista do Brasil. Nesta UC ocorre uma experiência de TBC que busca estabelecer uma rede colaborativa no desenvolvimento de atividades entre os quais se destaca: culinária, condução ambiental, condução de embarcações, produção de artesanato e demonstração das artes tradicionais de pesca artesanal. Apesar dos desafios de mobilização e envolvimento de novos extrativistas e beneficiários, a proposta de formação da rede colaborativa está ampliando a participação e engajamento da comunidade nas ações.

O próprio SNUC reconhece a importância e a necessidade de se gerir de diferentes formas as UC's. Segundo definição do ICMBio, TBC é um modelo de gestão da visitação protagonizado pela



comunidade, gerando benefícios coletivos, promovendo a vivência intercultural, a qualidade de vida, a valorização da história e da cultura dessas populações, bem como a utilização sustentável, para fins recreativos e educativos, dos recursos dentro de uma UC (ICMBio, 2018). Para implementação de um TBC dentro de uma UC existem princípios e diretrizes que são definidas pelo ICMBio visando uma gestão socioambiental adequada. A Região da Ilha, por sua vez, apresenta características paisagísticas que favorecem o turismo ecológico, ao mesmo tempo que possui uma rica paisagem cultural de pescadores, com manifestações culturais como patrimônios imateriais da região com a pesca artesanal da tainha (Figura 3 – d) e a pesca com auxílio dos botos (Lei nº 17.565/2018). Com o passar do tempo esta comunidade vem diversificando sua fonte de renda, desta forma, o TBC pode servir como um mecanismo para gerir o território priorizando os serviços ambientais presentes.

Apesar da relevância dos pescadores e de seu território, para a história cultural e econômica da região, Vieira *et al.* (2009) afirmam que o padrão de economia de subsistência dos pescadores artesanais, baseada na combinação de agricultura e pesca artesanal, começou a ser desestruturada pelas atividades relacionadas ao turismo em massa nos anos de 1970. Em paralelo, a pressão de empreendimentos imobiliários e a ocupação desordenada dos territórios tradicionais, compromete significativamente a qualidade e serviços prestados pelos ecossistemas e o bem-estar da população local. Nos trabalhos de Vivacqua & Rodrigues (2018) e Vivacqua (2018), que abordam uma possível criação da Resex Marinha do Cabo de Santa Marta, fica evidente a necessidade de pensar novos instrumentos que ampliem a participação da população local nos processos de formulação de mecanismos de gestão do território. A participação ativa dos PCT de um território para implementação de um mecanismo de TBC é indispensável para que a proposta tenha êxito. A falta de participação nas discussões públicas e o baixo associativismo nas comunidades que formam a Região da Ilha aparecem por enquanto como limitantes para execução de um projeto de TBC na região. A aplicação de métodos participativos pode ser capaz de gerar o reconhecimento dos próprios moradores sobre suas relações socioculturais com o território e favorecer a gestão dos recursos naturais presentes (Biggs *et al.*, 2021).

## 5 CONCLUSÕES

Este estudo revela a riqueza e diversidade da paisagem na Região da Ilha em Laguna, destacando-a como um destino turístico com atividades diversificadas que contam com atrativos naturais e culturais. Toda a região se encontra em um processo de transformação significativo, com a atividade pesqueira em declínio, abrindo espaço para novas oportunidades de sustento para a população local. Nesse contexto, surge a necessidade de explorar e promover formas de renda e interações econômicas que sejam social e ambientalmente responsáveis com o território.

Em contraste com outros destinos do litoral de Santa Catarina, como Garopaba e Balneário Camboriú, onde é observada a transformação de ambientes naturais para a artificialização da natureza, exemplificada pela piscina de ondas da Surfland e pelo alargamento da faixa de areia da praia. Em contraponto, destinos que se destacam pela sua beleza natural e riqueza cultural representam opções mais inclusivas e alinhadas com a preservação desses ambientes. Nesse contexto, torna-se essencial adotar medidas concretas voltadas para o desenvolvimento sustentável, não apenas com o intuito de preservar, mas de otimizar os benefícios para as comunidades locais e para a biodiversidade. A implementação dessas medidas assume um papel crucial diante da necessidade de equilibrar o potencial turístico com a conservação do ambiente,



assegurando que o crescimento econômico seja harmonizado com a responsabilidade social e ambiental.

A proposta recorrente da construção de uma ponte na rodovia SC-100, no local em que hoje opera a balsa, ligando a Região da Ilha com Laguna e recentes obras de asfaltamento na região, como o acesso do trevo do Farol de Santa Marta, a estrada da Praia do Ypuã e a estrada da Madre (que conecta com a cidade vizinha, Tubarão) evidenciam a recente urbanização da região. Esse desenvolvimento merece atenção para uma possível ocupação desordenada e insustentável que não valoriza, e muitas vezes prejudica, os serviços ambientais da região. A urbanização da região parece um evento inevitável, no entanto, essa modificação no território pode ser realizada com responsabilidade. A Região da Ilha com sua biodiversidade, cultura e sua urbanização relativamente recente pode ser planejada de forma que incentive o turismo sustentável, priorizando as comunidades e a conservação da natureza.

## REFERÊNCIAS

ACESSO PANAM. **Manejo de escalada manual sobre questões atuais e a produção de um plano de manejo**. 2016.

ALÍPIO, F. L. **O território das comunidades tradicionais pesqueiras**: um estudo de caso nas cidades do complexo lagunar do centro sul de Santa Catarina. Tese de Especialização em Ciências Ambientais. Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, 2014.

BIGGS, R.; VOS, A. de.; PREISER, R.; CLEMENTS, H.; MACIEJEWSKI, K.; SCHLÜTER, M. **The Routledge Handbook of Research Methods for Social-Ecological Systems**. In: The Routledge Handbook of Research Methods for Social-Ecological Systems. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4324/9781003021339>. Acesso em: 17 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9985**, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, dispõe sobre o seu financiamento e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: <https://aiba.org.br/wp-content/uploads/2014/10/SNUC-LEI-N-9-985-DE-18-DE-JULHO-DE-2000-livro.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 17.565**, de 6 de agosto de 2018. Consolida as Leis que dispõem sobre o Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina. Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/17565\\_2018\\_lei.html](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/2018/17565_2018_lei.html). Acesso em: 17 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 1658** de 12 de dezembro de 2013. Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo municipal de laguna, revogando a lei nº 4, de 06 de março de 1979, bem como suas alterações, e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/l/laguna/lei-ordinaria/2013/165/1658/lei-ordinaria-n-1658-2013-dispoe-sobre-o-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-municipal-de-laguna-revogando-a-lei-n-4-de-06-de-marco-de-1979-bem-como-suas-alteracoes-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 10 dez. 2023.

CITTADIN, A. P. **Laguna, paisagem e preservação**: o patrimônio cultural e natural do município. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis/SC, 2010.

CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE (CONSEMA). **Resolução nº 51**, de 05 de dezembro de 2014. Acesso em: 11 dez. 2023.



DANTAS, D. V. **Mapeamento dos territórios tradicionais de pesca, o conhecimento ecológico tradicional e as regras informais de gestão existentes no Complexo Lagunar Sul de Santa Catarina**: Conclusões e recomendação para a gestão pesqueira. In: BORCEM, E. R. et al. Subsídios ao Ordenamento Pesqueiro Nacional. Brasília/DF: SEAP-PR, OEI, 2018, p. 82-99.

DE FREITAS, R. R.; OLIVEIRA, A. C.; FERREIRA, E. C.; WERLANG, F. A. **Diretrizes para a conservação e manejo das Áreas Úmidas no território da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca**. Relatório do Grupo de Trabalho Lagoas do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca. ICMBio: Imbituba, Santa Catarina, 2022a.

DE FREITAS, R. R.; COSTA, R. C.; ALVITE, C. M. C.; BALENSIEFER, D. C.; BROTHERHOOD DE BARROS, C. R. M.; PRADO, J. H. **Challenges for fishers' engagement in Marine Protected Areas: Lessons from Right Whale Environmental Protection Area, Southern Brazil**. Marine Policy, v. 143, jun. 2021, p. 105135. 2022b. <https://doi.org/10.1016/j.marpol.2022.105135>

DÍAZ, S. et al. **Assessing nature's contributions to people**: Recognizing culture, and diverse sources of knowledge, can improve assessments. Science, v. 359, n. 6373, p. 270–272, 2018. <https://doi.org/10.1126/science.aap8826>

Escaladas. **Locais em Laguna - SC**. Disponível em: <https://www.escaladas.com.br/locais?cidade=4497>. Acesso em: 15 dez. 2023.

FAO. Food and Agriculture Organization of the United Nations. **The State of World Fisheries and Aquaculture: Sustainability in action**. Roma, 2020. 244p. Disponível em: <https://www.fao.org/3/ca9229en/ca9229en.pdf>.

GARCIA, A. O. et al. **Diversity and distribution of ferns and lycophytes in areas of restinga sandy coastal plain in south of Santa Catarina, Brazil**. Rodriguesia, v. 74, p. e00692023, 2023.

GASPAR, M. **Sambaqui: Arqueologia do Litoral Brasileiro**. 2. ed. Jorge Zahar Editor, 2000.

GIANNINI, Paulo César Fonseca et al. **Interações entre evolução sedimentar e ocupação humana pré-histórica na costa centro-sul de Santa Catarina, Brasil**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, Belém, v. 5, n. 1, p. 105-128, jan.-abr. 2010.

GUIMARÃES, G. M.; ZAMPARETTI, B. C.; FARIAS, D. S. E.; ANJOS, F. A. **Preservação e valorização dos sambaquis de Laguna-SC na perspectiva do turismo arqueológico**. In: CAMPOS, J. B.; RODRIGUES, M. H. da S. G.; LADWIG, N. I.; FUNARI, P. P. A.; OOSTERBEEK, L. (org.). Patrimônio cultural, direito e meio ambiente: arqueologia e turismo sustentável (volume IV). Criciúma, SC: UNESC, Cap. 11. 2021.

HENRIQUE, P. **Catálogo de Escaladas de Tubarão e Região**. 2009. Disponível em: <https://docslib.org/doc/12482551/cat%C3%A1logo-de-escaladas-de-tubar%C3%A3o-e-regi%C3%A3o>. Acesso em: 10 dez. 2023.

IBGE. Censo 2022: **povos e comunidades tradicionais**. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: <https://nada.ibge.gov.br/sobre/povos-e-comunidades-tradicionais.html>. Acesso em: 27 fev. 2024.

IBGE. **Cidades e Estados - SC Laguna**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/laguna.html>. Acesso em: 15 dez. 2023.

ICMBIO. **Plano de manejo – Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca**. Imbituba: Instituto Chico Mendes/MMA. 2018.

ICMbio. **Turismo de Base Comunitária em Unidades de Conservação**: Princípios e Diretrizes. Brasília – DF, 2018. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/publicacoes?showall=&start=5>.

IPCC. **Climate Change 2021: The Physical Science Basis. Contribution of Working Group I to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change** [Masson-Delmotte, V., P. Zhai, A. Pirani, S. L. Connors, C. Péan, S. Berger, N. Caud, Y. Chen,., *Cambridge University Press, In Press, In Press.* 2021.

JUST, J. P. G., ROSONI, J. R. R., ROMAGNA, R. S., & ZOCHE, J. J. **Bird diversity and conservation in the southern coast of Santa Catarina state, Brazil.** *Papéis Avulsos De Zoologia*, 58, e20185830. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/1807-0205/2018.58.30>.

KUMAGAI, L. & HANAZAKI, N. **Ethnobotanical and ethnoecological study of Butia catarinensis Noblick & Lorenzi**: contributions to the conservation of an endangered area in southern Brazil. *Acta Botanica Brasilica*, v. 27, n. 1, p. 13-20, 2013.

MORAES, A. **Influência da cultura e da identidade na ocupação territorial: análise da paisagem do Farol de Santa Marta (SC-BR).** In: Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo, XII., 2020, São Paulo: Siiu, p. 1-21. 2020.

NOVAIS, M. **Rota da baleia Franca**, 2023. Disponível em: <https://rotabaleiafranca.com.br/monitoracaodebaleias-2023/>.

ONU (2023). **Organização Mundial das Nações Unidas (ONU)**. Acesso em: 15 setembro de 2021, disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/14>.

PIAZZA, T. B.; PESSOA, M. B.; SANTIAGO, D. F.; PERROCA, J. F.; WAGNER, B.; DANTAS, D. V.; BARBIERI, E.; RODRIGUES-FILHO, J. L. **Aspectos Econômicos, Tecnológicos e Socioculturais Da Pesca De Siri-Azul No Sistema Estuarino De Laguna (SC), E Sua Dinâmica Espaço-Temporal Através Do Conhecimento Ecológico Local De Pescadores Artesanais.** 36–61. Disponível em: <https://doi.org/10.37885/210404220>.

PÖRTNER, H. O.; SCHOLLES, R. J.; AGARD, J.; ARCHER, E.; ARNETH, A.; BAI, X.; BARNES, D.; BURROWS, M.; CHAN, L.; CHEUNG, W. L.; DIAMOND, S.; DONATTI, C.; DUARTE, C.; EISENHAUER, N.; FODEN, W.; GASALLA, M. A.; HANDA, C.; HICKLER, T.; HOEGH-GULDBERG, O.; ICHII, K.; JACOB, U.; INSAROV, G.; KIESSLING, W.; LEADLEY, P.; LEEMANS, R.; LEVIN, L.; LIM, M.; MAHARAJ, S.; MANAGI, S.; MARQUET, P. A.; MCELWEE, P.; MIDGLEY, G.; OBERDORFF, T.; OBURO, D.; OSMAN, E.; PANDIT, R.; PASCUAL, U.; PIRES, A. P. F.; POPP, A.; REYESGARCÍA, V.; SANKARAN, M.; SETTELE, J.; SHIN, Y. J.; SINTAYEHU, D. W.; SMITH, P.; STEINER, N.; STRASSBURG, B.; SUKUMAR, R.; TRISOS, C.; VAL, A. L.; WU, J.; ALDRIAN, E.; PARMESAN, C.; PICHES-MADRUGA, R.; ROBERTS, D. C.; ROGERS, A. D.; DÍAZ, S.; FISCHER, M.; HASHIMOTO, S.; LAVOREL, S.; WU, N.; NGO, H. T. **IPBES-IPCC CO-Sponsored Workshop Biodiversity and climate change.** *Current Science*, 115(4), 608–609. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5281/zenodo.4782538>.

SILVA, J. A. da; SEZERINO, F. de S. **Mapeamento e caracterização de trilhas em unidades de conservação**: estudo de caso no litoral do Paraná. In: SUTIL, T.; LADWIG, N. I.; SILVA, J. G. S. da (org.). *Turismo em áreas protegidas*. Criciúma, SC: UNESC. 2021.

SUMESH, D. R.; K. **Adventure Tourism Market by Type (Hard, Soft, and Others), Activity (Land-Based Activity, Water-Based Activity, and Air-Based Activity), Type of Traveler (Solo, Friends/Group, Couple, and Family), Age Group (30 Years, 30–41 Years, 42–49 Years, and 50 Years & Above), and Sales Channel (Travel Agents, and Direct): Global Opportunity Analysis and Industry Forecast, 2021–2028.** 2021. Disponível em:



<https://www.alliedmarketresearch.com/adventure-tourism-market/purchaseoptions>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SUNYE, P. S.; PEREIRA, T. J.; RUSSO, A.; NETTO, S. A. **A pesca do camarão-rosa no sistema estuarino de Laguna, SC: História e acasos das políticas de manejo.** In: HAIMOVICI, M.; ANDRIGUETTO-FILHO, J. M.; SUNYE, P. S. A pesca marinha e estuarina no Brasil: Estudos de caso multidisciplinares. Rio Grande: Editora da Furg, 75-85. 2014.

SUNYE, P. S. **A pesca na área de proteção ambiental da baleia franca.** In: ICMBIO. Plano de manejo - Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca. Imbituba: Instituto Chico Mendes/MMA. 2018.

Vivacqua, M. **Reservas extrativistas marinho-costeiras: reflexões sobre o estágio pré-implantação.** Ambiente e Sociedade, 21, São Paulo. 2018

Vivacqua, M., & Rodrigues, H. de C. L. **Reservas Extrativistas Marinhas à luz da representação social de pescadores artesanais do litoral centro-sul de Santa Catarina.** Desenvolvimento e Meio Ambiente, 48, 392–416. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/dma.v48i0.58832>

Vieira, P. F., Cazella, A. A., Cerdan, C., Andion, C. **O cenário do desenvolvimento catarinense em foco: Potencialidades e obstáculos à construção de territórios sustentáveis no estado de Santa Catarina.** In: Graça, L. F. G., *Política & Sociedade: Dossiê Desenvolvimento Territorial Sustentável*. Florianópolis: UFSC. 335-380. 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2009v8n14p335>.

WERNER-MARTINS, J. F. O.; DE FREITAS, R. R. **Environmental governance of butiazais (Butia catarinensis) on the south coast of Brazil.** Ocean & Coastal Management, v. 239, p. 106614, 15 May 2023.